



O FIM DA MIRAGEM

As empresas portuguesas viram costas a Angola. O investimento encolheu 41% e as exportações diminuíram 27 por cento. Tudo por causa da crise do petróleo. Para uma em cada quatro exportadoras lusas, a antiga colónia é o único mercado externo

POR FRANCISCO GALOPE*

Não era a primeira vez que Vítor Moreira entrava num avião com destino a Luanda. Por isso, quando embarcou, há 15 dias, no Aeroporto da Portela, estranhou serem tão poucos os passageiros portugueses. Contou uns 20, muito menos do que era habitual. "Há um ano e meio, o aparelho estaria cheio de expatriados", pensou. O consultor, a quem atribuímos um nome fictício para o poder citar sem riscos, é um entre cerca de duas centenas de milhares de expatriados que nos últimos anos rumaram a Angola, atraídos pelo farol do petróleo africano. Farol e, em muitos casos, tábua de salvação para a crise que se vive em Portugal.

Fizeram-se bons negócios. Mas o boom teve um fim abrupto. No último ano, trabalhar em Angola tornou-se difícil. As empresas portuguesas abrandaram ou cessaram a sua atividade naquele país e muitos dos seus funcionários deixaram de ter emprego.

Quantos já regressaram ninguém sabe dizer. É algo sentido empiricamente por quem anda no terreno. "Empresas que empregavam 20 trabalhadores, agora têm 10 ou menos", conta Vítor Moreira.

O recuo já é visível nas estatísticas. No primeiro semestre deste ano, o volume de investimento direto português em Angola caiu 41,1%, encolhendo de €3 784 milhões para €2 229 milhões. Por seu turno, as exportações caíram 27% entre janeiro e agosto.

A exposição das nossas exportadoras ao mercado angolano é elevada. Das mais de 22 mil

empresas que exportaram bens ou serviços em 2014, 9 440 fizeram-no para Angola. O total de exportações portuguesas atingiu €45 458 milhões, desses €3 042 milhões foram desembarcados em Angola – ou seja, 6,7 por cento.

Se olharmos para o universo das empresas exportadoras, constatamos que uma em cada quatro tem na antiga colónia o seu único mercado externo (*ver infografia*).

"Para as que vendem muito em Portugal, o impacto deve ter pouca importância", diz Manuel Caldeira Cabral, especialista em comércio internacional. Mas, nas que ainda não saíram da crise e tentaram compensar quebras com vendas em Angola, as consequências podem ser dramáticas. "Para essas, Angola foi uma bolha de ar importante, mas a situação atual pode precipitar uma crise adicional que Portugal não precisa", comenta.

E já há sinais disso. A seguir às eleições, a Somag, com metade dos seus negócios em Angola, anunciou um despedimento coletivo de 273 trabalhadores, invocando dificuldades naquele mercado. Dias depois, a Unicer comunicou o encerramento da fábrica de refrigerantes em Santarém, dispensando 105 trabalhadores: as vendas em Angola tinham caído 30 por cento.

A maior riqueza é também a maior debilidade da economia angolana. O peso do setor petrolífero é excessivo: 40% do PIB; 95% das exportações e 75% das receitas orçamentais. E o petróleo está em baixa há mais de um ano. Em junho passado, o preço médio do barril de crude já sofrera uma redução de 43% face ao mesmo mês de 2014.

O valor das exportações do setor petrolífero diminuiu, assim, de 66 902 milhões de dólares, em 2013, para 57 642 milhões, em 2014, devendo situar-se, em 2015, nos 26 745 milhões – menos 60% em dois anos.

O VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO DE ANGOLA DEVERÁ SER ESTE ANO 60% INFERIOR AO DE 2013



Angolodependentes

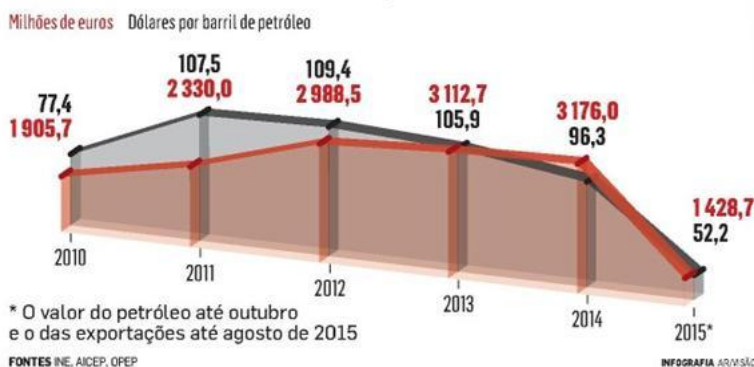
No auge do preço do petróleo, Angola tornou-se o nosso quarto maior mercado externo. Uma em cada quatro empresas exportadoras vendia exclusivamente para aquele país africano

Das **22 356** empresas portuguesas que exportaram para todo o mundo, em 2014



Queda a pique

As exportações e o investimento direto português em Angola desceram com o preço do crude. As exportações caíram 27% nos primeiros 8 meses do ano e o investimento 41%, nos primeiros seis.



O efeito do preço do crude é agravado pelo abrandamento da económica chinesa, destino de 48,5% das exportações angolanas, bem como pela "revolução do petróleo de xisto" nos EUA, um mercado que, em 2007, recebeu 24% de exportações de Angola e que agora se fica pelos 3,5 por cento.

As ondas de choque não se fizeram esperar. O crescimento abrandou – de 6,8% em 2013, para 4,4% em 2014, não devendo ultrapassar, este ano, os 3,5 por cento.

Com receitas muito abaixo do esperado, o Governo de José Eduardo dos Santos viu-se a braços com desequilíbrios orçamentais que o obrigaram a reduzir substancialmente os investimentos públicos.

A deterioração das contas externas, colocou a moeda angolana sob pressão e obrigou a desvalorizações do kwanza face ao dólar, na ordem dos 16 por cento. Isso levou a uma aceleração da inflação para valores de dois dígitos. Tudo associado ao elevado nível de dolarização do sistema bancário, acarreta riscos de instabilidade financeira, que já se traduz num aumento do crédito malparado.

A preocupação reina na comunidade de expatriados, entre os quais há uma conversa recorrente: não voltar a seguir ao Natal.

O número de portugueses a trabalhar em Angola já terá andado à volta dos 200 mil. Quantos ainda lá permanecem é um mistério. Não existem números fiáveis. A verdade é que as remessas de emigrantes em Angola, aferidas pelo Banco de Portugal são um indício do refluxo: sofreram uma redução de 18%, entre 2013 e 2014, descendo para €248 milhões. Já no segundo trimestre deste ano a diminuição foi de 23,7% em termos homólogos. Esse decréscimo estará também relacionado com as restrições que o Governo angolano tem colocado à transferência de divisas para o exterior.

Quando pagos em dólares, os salários sofrem três, quatro ou cinco meses de atraso. E, se receberem em kwanzas, não conseguem trocá-los por dólares. Os bancos dizem que não têm divisas. Mas é fácil encontrá-las no mercado paralelo. Bem perto das agências bancárias, há mulheres sentadas numa cadeira a trocar dólares por kwanzas – a taxas chegam a atingir os 270 kwanzas por cada "bilhete verde", cujo câmbio oficial era, há dias, de 134,63.

A vida de grande parte das empresas lusas não é mais tranquila do que a dos seus funcionários. Quem não se vai embora, reduz a atividade. Será o caso do grupo de Leiria Equipamentos Industriais Poço (EPI), de cujas exportações 30% têm Angola como destino. "Vamos substituir por outros mercados", diz Carlos Poço, presidente do grupo, olhando para o Magrebe, América Latina e Europa.

"Os portugueses ainda não estão conscientes das consequências desta crise", afirma o industrial. "Os expatriados vão engrossar o desemprego. E a maioria não será reintegrada no mercado", vaticina.

Sindicatos, associações empresariais e autoridades reguladoras já



acionaram alguns alarmes. Em junho, a Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários fê-lo numa análise de risco, referindo alguns perigos nos mercados externos, em particular Angola. Alertou para uma continuação da erosão da rentabilidade das PME e para um significativo regresso de mão de obra: "Com a atual lentidão na criação de empregos em Portugal, isso pode criar um stress adicional à Segurança Social portuguesa e é suscetível de entrar a recuperação de uma economia já fragilizada."

Semanas antes, a Federação Portuguesa da Indústria de Construção e Obras Públicas (FEPI-COP), escreveu ao ministro da Economia, Pires de Lima: "O eventual regresso de uma parcela significativa dos trabalhadores portugueses do setor da construção que se encontram em Angola, ainda que fosse apenas de 50 mil (dos mais de 100 mil existentes), aumentará a taxa de desemprego em mais de um ponto percentual, para perto de 15 por cento."

A construção é um dos setores mais expostos ao mercado angolano, que em 2014 representou um quarto (€2 862 milhões) de uma produção total de €11 000 milhões deste setor.

O cenário da FEPICOP ainda não se concretizou, porque os trabalhadores têm encontrado colocação noutras geografias (Noruega, Reino Unido, Irlanda ou Qatar), segundo Ricardo Pedrosa Gomes, presidente da Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços (AECOPS).

A situação da construção é também acompanhada com atenta preocupação pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos. "No caso de um regresso em massa, será difícil absorver toda a mão de obra."

Angola fechou a torneira: consome menos, encomenda menos obras públicas, atrasa os pagamentos, dificulta a saída de divisas, criando problemas de tesouraria que rapidamente se convertem em dificuldades económicas.

"Quem está dependente de produtos importados para poder trabalhar e não consegue transferir dinheiro para fazer os pagamentos fica sem matérias-primas", comenta José de Noronha Brandão, diretor na empresa de comunicação Zwela. Entra-se num círculo vicioso.

Algum alívio veio através de medidas do Governo angolano, que tem injetado divisas na banca comercial, sobretudo para garantir necessidades de importação de alimentos e pagamento de salários de trabalhadores expatriados.

Pires de Lima criou, em abril, uma linha de crédito para apoiar a tesouraria de empresas afitas, com um valor global de 500 milhões de euros. Em junho, chegou a ser anunciada a adesão de 300 pequenas e médias empresas ao esquema. A verdade é que, até setembro (últimos dados disponíveis), o apoio efetivo chegou a apenas 17; um total de €20 milhões; 4% do previsto. "Uma tremenda desilusão", comenta Pedrosa Gomes.

Paulo Varela, presidente da Câmara

Evolução do investimento direto (stock)

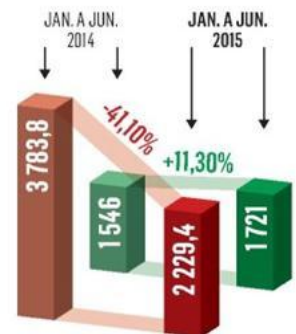
Em milhões de euros



FONTES: INE, AICEP, OPEP

Varição do investimento no primeiro semestre

Em milhões de euros



INFOGRAFIA ARVISO

de Comércio e Indústria Portugal-Angola, fala na "grande complexidade" da linha de crédito que envolve 18 instituições financeiras em Angola e implica um conjunto de procedimentos legais e burocráticos que complicam a sua utilização. "Impõe-se a sua revisão para a tornar mais amiga das empresas", considerou, num seminário que a Abreu Advogados realizou, há uma semana, em Lisboa.

A perspetiva de médio prazo não é animadora. Segundo o FMI, os preços do petróleo só começarão a subir lá para 2017. "Quem aguentar em Angola até a tempestade amainar, vai ter sucesso", acredita Pedro Fraga, presidente da tecnológica bracarense F3M. Mas terá de o fazer com os pés bem assentes na terra, apostando em estruturas locais, fundo de maneio e diversificar a geografia dos investimentos. "Apesar da crise, o país não está parado. Os negócios fluem", afirma.

Miguel Castro Pereira, do escritório angolano da Abreu Advogados, é da mesma opinião. "Angola tem um potencial enorme, além do petróleo", comentou à margem do seminário sobre a nova lei dos investimentos privados em Angola. A abordagem daquele mercado, diz, deve ser feita numa perspetiva de longo prazo e com bom senso. Apesar da crise, há liquidez em Angola, nos parceiros locais, que têm kwanzas para investir.

Para Paulo Varela, as empresas nacionais têm de estar preparadas para um "novo paradigma inevitável" que surgirá quando Angola sair da crise. E Castro Pereira já fala em setores dignos de novas apostas portuguesas: energias renováveis, recolha e tratamento de resíduos, atividades praticamente virgens naquele país.

O novo paradigma implica também uma nova perspetiva: "Não se podem esperar margens de retorno absurdas", remata o advogado. ■

fgalope@visao.imprensa.pt | com Rita Montez

**NO MERCADO
INFORMAL,
UM DÓLAR PODE
VALER ATÉ
270 KWANZAS,
O CÂMBIO
OFICIAL É DE 134**